

Quércia desaprova política econômica, revela secretário

"O governador Orestes Quércia não aprova a política de ajustamento econômico do Governo federal", revelou o secretário de Trabalho de São Paulo, Antero Silvestre, que ontem, junto com secretários de Trabalho de 18 Estados, entregou um documento ao Presidente da República interino, Ulysses Guimarães, advertindo-o para "a ameaça de uma nova crise econômica" e pedindo a defesa das "conquistas trabalhistas na Constituinte".

Segundo o secretário de São Paulo, "o modelo econômico baseado prioritariamente no estímulo à exportação e na inibição do mercado interno impõe sacrifícios inaceitáveis aos trabalhadores". Silvestre foi lembrado de que esse modelo está contido no documento do ministro Mailson da Nóbrega, aprovado na reunião de governadores com os ministros da área econômica, realizada em maio, no Palácio da Alvorada.

Respondeu ele que "o meu governador não aprovou o documento de ajuste econômico:

ele foi derrotado em suas posições na reunião". Em seguida afirmou que a aprovação de Quércia "foi uma dedução de quem assim concluiu".

Erros

Garantiu Antero Silvestre que o governador Orestes Quércia não iria aprovar uma política econômica que "comete os mesmos erros do regime autoritário, tenta inutilmente combater a inflação através do arrocho salarial, de cortes dos programas sociais, e da privatização de empresas públicas algumas das quais com atuação em setores estratégicos da economia".

Questionou ainda o fato de que "Quércia não poderia aprovar uma política que congela dos créditos do seu próprio Estado".

No documento entregue ontem ao presidente Ulysses Guimarães, os secretários de Trabalho podem a descentralização das atividades e programas ligados às relações de trabalho, e a criação de um conselho, integrado por secretários de Estado e representantes de classe, para a fixação de uma política unificada nesse sentido.

BB nega "lista negra" contra os anistiados

O diretor de crédito rural do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues negou, ontem, que o banco pretenda colocar todos os beneficiários da anistia dos débitos referentes à correção monetária de créditos obtidos durante o Plano Cruzado numa espécie de "lista negra", aos quais seriam fechados os cofres para novos financiamentos.

Estão sustados todos os contratos novos de crédito de custeio e investimento para micros, pequenos e médios produtores rurais, "unicamente até o levantamento completo do "rombo" efetivo sofrido pelo Banco do Brasil, já que este aplica os recursos que retornam de investimentos passados, sendo necessário, portanto, saber qual o volume de recursos com que contará para novos contratos", explicou Rodrigues.

O diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil ratificou informações dadas na terça-feira pelo diretor de Crédito Rural do Banco Central, Hélio Ribeiro, de que o levantamento do montante de

recursos que o BB perderá com a anistia aprovada até o momento pela Constituinte é praticamente impossível a curto prazo. Será necessário, afirmou, fazer o exame cadastral, em cerca de 3 mil agências, de aproximadamente 2 milhões de contratos. Como há diferenças na definição de módulos de município para município, de região para região, e como a emenda da anistia também condiciona a anistia apenas aos que não desviaram recursos e aos que efetivamente não têm condições de saldar seus débitos, qualquer estimativa, segundo Rodrigues, é temerária. Devido a esse fator, afirmou não poder prever exatamente quando o Banco do Brasil, responsável por 70% do crédito rural, voltará ao mercado para financiamento de novos investimentos e custeio. Rodrigues afirmou, no entanto, que isto deverá acontecer o mais breve possível, de modo a não prejudicar a preparação do plantio da próxima safra de verão, que começa a ser feita desde julho, aumentando de intensidade em agosto e setembro.

PT tenta reduzir custo

A liderança do PT decidiu apresentar uma emenda supressiva para o dispositivo da Constituinte que concede anistia fiscal relativa a multas, juros e encargos de débitos tributários cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1987. O líder do Partido na Constituinte, deputado José Genoíno, definiu a emenda como "uma vergonha para a assembléia" e disse que só assinou o acordo de lideranças que permitiu a aprovação do dispositivo no último dia do primeiro turno de votação, "para não complicar o encerramento daquela fase dos trabalhos".

"Agora, no segundo turno de votação, a anistia será analisada como um tema específico e a Constituinte ficará moralmente comprometida se confirmar o voto dado no primeiro turno", disse Genoíno. Segundo o deputado, lideranças expressivas da Constituinte estão se comprometendo a "despertar o clamor da opinião pública contra este absurdo", na intenção de criar um "trauma moral" nos parlamentares, "suficiente para impedir a ação dos oportunistas", disse Genoíno.

Beneficiários

Alguns parlamentares colocados sob suspeita de alme-

jarem benefícios pessoais com a aprovação do dispositivo, reagiram ontem à insinuação promovida por técnicos da Receita Federal. Os gabinetes dos senadores Severo Gomes (PMDB-SP) e Olavo Pires (PTB-RO), ausentes de Brasília, se apressaram em lembrar que os dois parlamentares não participaram da sessão que votou o acordo e tampouco estavam informados sobre a inclusão da anistia entre a diversidade de pontos — criação do Estado do Tocantins, regulamentação da distribuição de derivados de petróleo, direito de herança, entre outros — contidos numa única fusão de emendas.

O senador Carlos Alberto de Carli (PTB-AM) citado pela Receita Federal como titular de um débito fiscal de US\$ 3 milhões, negou a existência da dívida e se disse vítima de uma perseguição movida pelo Ministério da Fazenda, desde que atuou como síndico da massa falida da Seguradora Capemi, em 1983. Naquela época, segundo De Carli, a Receita Federal promoveu onze autuações fiscais contra a sua pessoa em apenas 13 meses. "Eu fui para a Justiça e até junho deste ano derrubei 10 destas autuações", disse o senador.